

DIA INTERNACIONAL DO NOTÁRIO 2026



MARIA VITÓRIA DOS SANTOS MANSO (1899-1946)
A PRIMEIRA NOTÁRIA DO DISTRITO DE SANTARÉM



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

CULTURA, JUVENTUDE
E DESPORTO

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS
E DAS BIBLIOTECAS

Outubro de 2026

Ficha técnica

Título: Dia Internacional do Notário 2026. Maria Vitória dos Santos Manso (1899-1946). A primeira notária do distrito de Santarém

Produtor: Arquivo Distrital de Santarém

Autor: Leonor Lopes

Autor: Ricardo Aniceto

Classificação: 900.20.201 - Edição e publicação de conteúdos

Descritores: Dia Internacional do Notário, Arquivos notariais, Ourém, Maria Vitória dos Santos Manso, história local

Data: 1 de outubro de 2026

Formato de dados: Texto, PDF

Estatuto de utilização: acesso público

Relação: versão 1

© DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. ARQUIVO
DISTRITAL DE SANTARÉM, 2026

Capa: © Maria Vitória Manso, vestindo a toga de advogada e anel de curso, [1928]
(Espólio familiar).

Agradecimentos:

À família, em especial à neta Vitória Pinheiro.

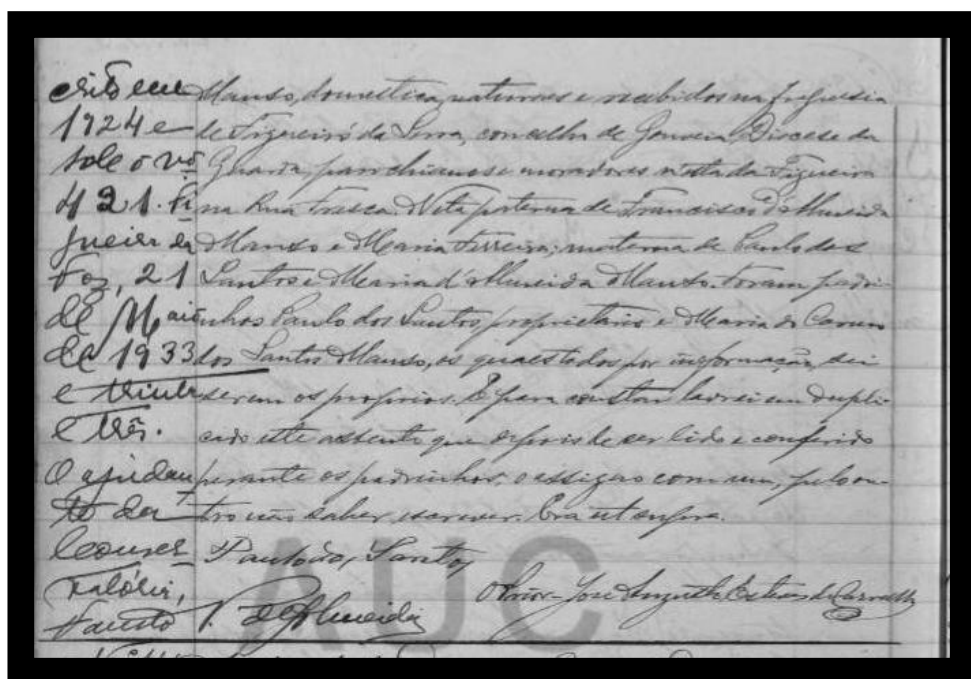
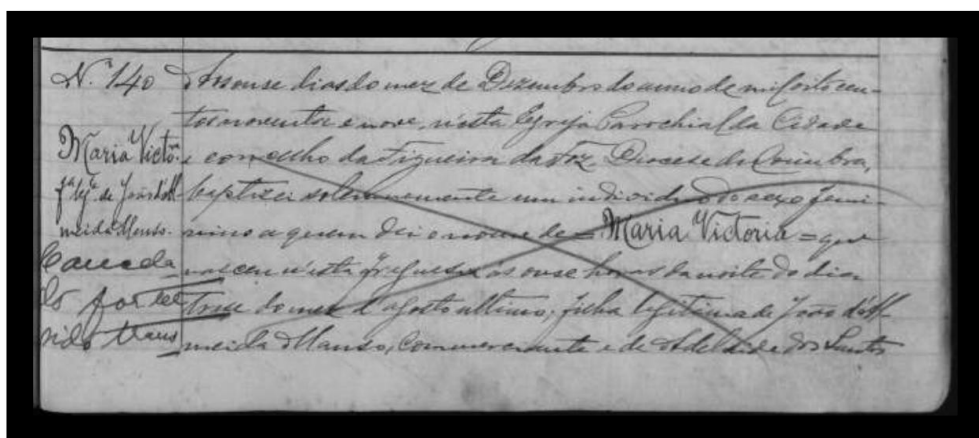
*À Câmara Municipal de Ourém, nas pessoas de Ana Carvalho
(Divisão de Ação Cultural) e Cremilde Sousa.*

Índice

Ficha técnica.....	2
Índice	5
1. VIDA PESSOAL E FAMILIAR	7
2. PERCURSO ACADÉMICO	17
2.1 FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA (1923-1928).....	17
3. CARREIRA PROFISSIONAL	21
4. NOTÁRIAS QUE EXERCERAM EM CARTÓRIOS DO DISTRITO DE SANTARÉM	28
5. FONTES E BIBLIOGRAFIA	31

1. VIDA PESSOAL E FAMILIAR

Maria Vitória dos Santos Manso nasceu na Figueira da Foz, na Rua Fresca, no dia 13 de agosto de 1899 para onde os pais se terão mudado entre 1894-95. Era a quarta na ordem dos nascimentos, terceira na dos sete filhos sobreviventes de João de Almeida Manso, comerciante¹, e de Adelaide dos Santos, doméstica, naturais e recebidos na freguesia de Figueiró da Serra, concelho de Gouveia, diocese da Guarda.



[Assento de batismo de Maria Vitória](#) (PT/AUC/PAR/FIG11/002/0015)

¹ No seu casamento João de Almeida Manso é referido como sapateiro, no batismo dos filhos como comerciante e/ou empregado do comércio e no casamento da filha mais velha, Maria do Carmo, como industrial. Em 18 de dezembro de 1938, no *Resumo do meu passado*, João de Almeida Manso explica bem tudo o que se passou.

Todos os irmãos revelavam grande vocação para a música e vontade e capacidade de prosseguir estudos. Seu pai, reconhecendo-o, tomou a resolução de trespassar os seus negócios comerciais na Figueira da Foz e no dia 14 de outubro de 1910 instalaram-se em Lisboa “*onde encontraria recursos para todas as vocações que os meus filhos fossem descobrindo*”².

Em finais de 1938, por certo muito orgulhoso e realizado, enumera-os:

- ✓ **Maria do Carmo dos Santos Manso** (1895-1970) - professora da Escola n.º 9 em Campo de Ourique. Casada com um sargento-ajudante e chefe de uma secretaria do Exército³;
- ✓ **Paulo dos Santos de Almeida Manso** (1897-1982) - concertista de violino, 1.º prémio do Conservatório e pensionista do Estado, por concurso, condecorado com o grau de Cavaleiro de Santiago e Espada. Casado com uma professora de piano⁴;
- ✓ **Maria Vitória dos Santos Manso** (1899-1946) - “*Formada em Direito em 1928, tirou no ano seguinte o curso de Notário com uma brilhante distinção, valendo-lhe 14 dias depois ser colocada em Arraiolos e um ano depois em Vila Nova de Ourém. É casada com um proprietário solicitador da mesma vila*”⁵;
- ✓ **Antónia de Jesus** (1901-1918) - cursava na Escola Machado de Castro;
- ✓ **Isabel dos Santos Manso** (1905-1989) - Professora oficial de piano do Conservatório. Casada com o dr. Jaime Máximo Gouveia Xavier de Brito nomeado por concurso para o Observatório Central anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- ✓ **João dos Santos Manso** (1906-1944) - Violinista da Emissora Nacional. Professor de canto-coral no Liceu Pedro Nunes. “*Está para casar com uma menina licenciada em Germanicas*”;
- ✓ **Maria Luisa dos Santos Manso** (1909-1990) - Estava a cursar o último ano de piano e tinha o 8.º ano de [violino]. Tinha suspenso o curso por falta de saúde.

É em Vila Nova de Ourém que Maria Vitória dos Santos Manso conhece aquele com quem viria a casar.

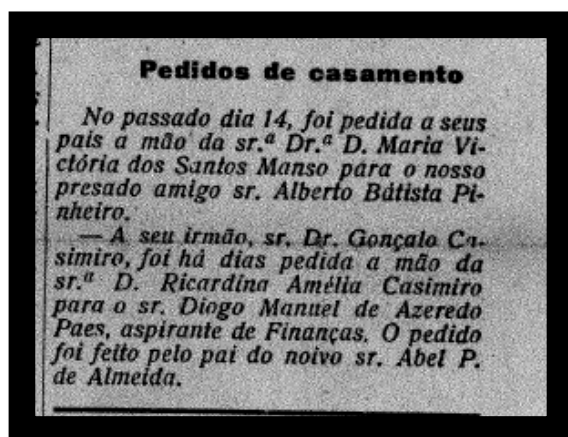
O pedido de casamento bem como o casamento foram objeto de notícia no jornal local *Notícias de Ourém*:

² MANSO, João de Almeida - *Resumo do meu passado. 18 de dezembro de 1938*. Exemplar datilografado. (Espólio familiar).

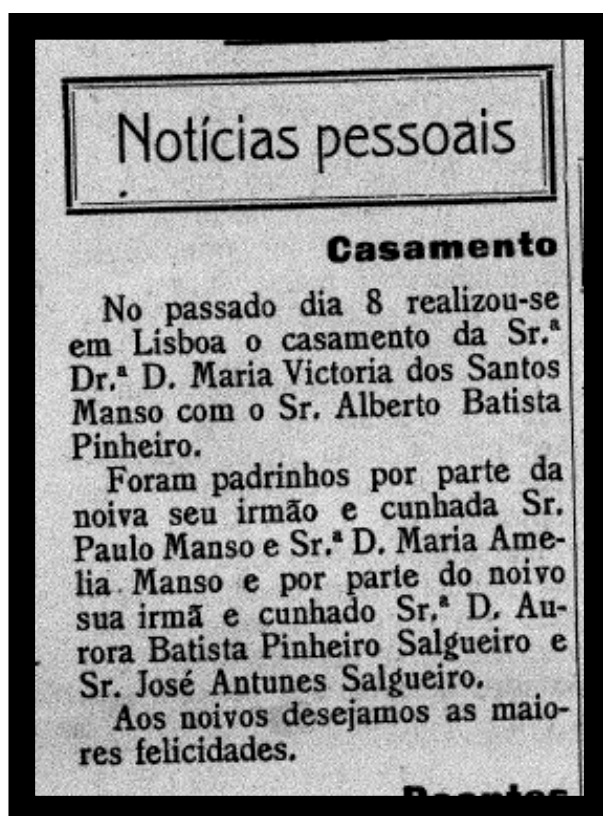
³ Trata-se de Manuel Toscano, primeiro-sargento do exército, nascido em Medelim, Idanha-a-Nova. Faleceu em Lisboa, Lapa, em outubro de 1970.

⁴ Casou em primeiras núpcias com Maria Amélia Ferreira da Silva, de quem se divorciou a 9 de janeiro de 1942. Casou segunda vez em 22 de dezembro de 1943, com Maria da Glória Cabrita Costa, professora do ensino primário particular.

⁵ MANSO, João de Almeida - *Ibidem*.



Notícias de Ourém (21 out. 1934) 3.



Notícias de Ourém (15 dez. 1934) 3.

Casou em Lisboa, no dia 8 de dezembro de 1934⁶ com Alberto Batista Pinheiro, solteiro, proprietário⁷, natural da freguesia de Sabacheira, Tomar, filho de António Domingues Pinheiro e de Maria José Batista.

⁶ [Assento n.º 589/1934](#), da [5.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa](#).

⁷ Exercia também a profissão de solicitador. Em 1935 assumiu o cargo de editor do jornal *Notícias de Ourém*, com Luís de Oliveira Rito como diretor e Francisco Marques Pereira como administrador.

L. 76-406 Fls. 96

AVERBAMENTOS

Registro N.º 581

Registro N.º 1811
Alberto Riquelme
García

Maria Vittoria M
Aurea Mauro

Processo N.º 580

Meço N.º 2

filho legítimo de Rubião Soares Pinheiro
estado solteiro de profissão advogado

natural de Vila Rica de Juazeiro
residente em Juazeiro

e de Marta de Brito
estado solteira de profissão domestica

natural de Alagoas de S. Paulo
 residente Alagoas de S. Paulo
Alagoas de S. Paulo

de trinta e cinco anos de idade, de profissão desempregada e branca no estado de Paraná.

natural de Figueira da Foz
domiciliada e residente em Rua Vitorino de Almeida

filha legítima de João de Almeida Neto
estado casado de profissão comerciante

natural de República de Tiquemba de Teno, Cercado de Puno
residente en esta casa

e de Adelaida dos Santos Ramos
estado Casada de profissão laureada

natural de República de Lituania
residente esta ciudad

e declararam, perante mim e as testemunhas adiante nomeadas, que de sua livre vontade desejavam celebrar, como por este acto celebram, o seu casamento segundo o regime de separação de bens, os quais existiam unidos em virtude da coacção do Estado e da guerra civil, sendo eu, Dr. J. A. S. L., o representante legal dos mesmos.

156 - 2 - 1970

Foram testemunhos presentes a todo este acto, as quais declararam, querendo ser considerados padrinhos Paulo Sousa

[illegible]

que me remete a este epíteto. Não fazenda
da Conservatória de M. M. do Alentejo,
de onde foi arrebitado.

E para constar lavrei este registo defeituoso, que, depois de ser lido e conferido com o seu extracto perante todos, vai ser assinado por mim, pelas testemunhas, Contra-me e os testemu

A importância dos emolumentos é de cento e quinze
escudos e centavos e a dos selos, devidos pelas partes
de treze escudos e centavos

Maria Carolina dos Santos Silva
 Roberto Baptista, Juazeiro
~~Julia Linell Mauer~~
~~de Curitiba, Alagoas~~
~~Roberto Baptista, Juazeiro~~
~~Julia Linell Mauer~~



Foto do casamento de Maria Vitória dos Santos Manso com Alberto Batista Pinheiro.
1934-12-12.

Oferecida a familiares do noivo. (Espólio familiar)

Do casamento nasceram:

- ✓ **José Alberto Manso Pinheiro**, n. 1938-08-20, em Lisboa. Faleceu a 9 agosto de 2012. Aderiu ao Partido Comunista em 1954. Destacado ativista do movimento de oposição democrática, participou ativamente nas campanhas para as eleições de 1969, tendo sido membro do Secretariado da Comissão Democrática Eleitoral, e para as de 1973. Foi atleta olímpico na modalidade de esgrima, participando nos Jogos Olímpicos de 1968, na Cidade do México. *“Depois do 25 de Abril manteve uma ligação muito estreita com o Partido, tendo sido membro da Direção da Organização Regional de Lisboa e assumido responsabilidades e tarefas como quadro permanente do PCP. Organizado o Sector Intelectual da DORL, foi*

responsável pela célula dos Artistas Plásticos. Durante muitos anos foi membro da Bienal da Festa do Avante.⁸”

- ✓ **António Carlos Manso Pinheiro**, n. 1942-03-14, em Coimbra (Sé Nova) (Assento n.º 354/1942, da Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Ourém). Faleceu a 14 de março de 2007. Foi presidente da mesa da Assembleia-Geral da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, APEL, e editor da Estampa, criada nos anos 60.



Maria Vitória dos Santos Manso com os dois filhos [1942]
(Espólio familiar)

Com grandes dificuldades em engravidar, durante a gravidez e partos foi obrigada a tratamentos e internamentos hospitalares, daí o facto de os filhos terem acabado por nascer em Lisboa e Coimbra e não em Vila Nova de Ourém, como seria de esperar.

Faleceu, de doença cancerígena, no dia 31 de maio de 1946, em casa de uma irmã, em Lisboa (Santa Isabel), na Rua dos Ferreiros à Estrela. Foi sepultada no cemitério de Sabacheira, Tomar. Deixou dois filhos menores.

No Juízo de Direito da comarca de Vila Nova de Ourém, 2.ª secção, correu inventário orfanológico.

⁸ FALECEU José Alberto Manso Pinheiro. *Avante!* [Em linha]. N.º 2437 (13 ago. 2020). [Consult. 23 set. 2026]. Disponível em WWW: <https://www.avante.pt/pt/2020/pcp/121434/Faleceu-Jos%C3%A9-Alberto-Manso-Pinheiro.htm>

AVERBAMENTOS

Registo N.º 484

Maria Victoria Manso Pinheiro ou Maria Victoria dos Santos Manso

Documento N.º 114

Maço N.º 1

Uma certidão de óbito

Registo de Óbito

A's duas horas e trinta minutos do dia trinta do mês de Maio do ano de mil novecentos quarenta e seis, na sua casa dos Ferreiros e Catão, da freguesia de

Santa Isabel

desta cidade, faleceu de sevidia de fumaça

qualquer de malus - Malus, um indivíduo do sexo feminino

de nome Maria Victoria Manso Pinheiro ou Maria Victoria dos Santos

Manso de quarenta e seis anos de idade, de profissão matéria

natural da freguesia de Vão Fúlio

concelho de Figueira da Foz

domiciliado na Vila e paróquia de Vila Nova de Camões

filho legítimo de João de Almeida Manso

no estado de casado de profissão emprego comercial

natural da freguesia de Figueira da Foz, concelho de Figueira

domiciliado na rua de Fátima, freguesia de Fátima, concelho de Fátima

e de Alameda dos Santos Manso

no estado de casado de profissão doméstica

natural da paróquia de Fátima, concelho de Figueira da Foz

domiciliada na rua de Fátima

Q falecida era casada com Alberto Batista Pinheiro

de quarenta e seis anos de idade, de profissão matéria

de freguesia de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

de Fátima, concelho de Fátima

Assento de óbito de Maria Vitória dos Santos Manso
(PT/TT/RC/CRCLSB5/003/00116)

Registrado no livro dos inventários n.º 11 *Vins 11.508*
 a fls. 86 sob o n.º 61
 Maço N.º 273
 N.º 8203
 1946

Juizo de Direito da Comarca
DE
VILA NOVA DE OURÉM
 FREGUESIA DE Vila Nova de Ourém
 CHEFE DA 2.ª SECÇÃO
C. A. Machado e Costa

Inventário Orfanológico
 Valor 13.006\$00

INVENTARIADO
D. Maria Victória Manoel Pinheiro
no, casada e residente aqui
em Vila Nova de Ourém.

INVENTARIANTE
Alberto Batista Pinheiro,
viúvo, de Vila Nova de Ourém.

- 2.ª Secção -
 Chefe: — Pereira Gomes

ADSTR, Tribunal Judicial da Comarca de Ourém, Processo de inventário orfanológico por óbito de Maria Vitória dos Santos Manso, mc.273, n.º 8203, 1946

2. PERCURSO ACADÉMICO

Terá frequentado o ensino básico na cidade de Figueira da Foz, mas fez o ensino secundário numa escola em Lisboa.

De acordo com a família, teria posteriormente adquirido formação que lhe permitia dar aulas ganhando assim algum dinheiro. Embora entregasse o que ganhava aos pais, com o dinheiro com que ficava para os transportes conseguiu pagar os seus estudos universitários.

À revelia dos pais, matriculou-se, em 1923, na Faculdade de Direito de Lisboa, tendo a sua formatura ocorrido em 1928.

O pai, quando teve conhecimento do facto, influenciado pela mentalidade patriarcal, criadora de papéis de género rígidos e perpetuadora de assimetrias de poder entre homens e mulheres na sociedade, reagiu muito negativamente. A sua formação colocava-a em evidência perante os irmãos, no seu parecer, o que era tido como ofensa e soberba. Mais tarde, não conseguiu esconder o orgulho.

2.1 FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA (1923-1928)

Maria Vitória dos Santos Manso iniciou o seu curso de Direito dez anos após a criação da Faculdade de Direito⁹, num período de grande ebulição política (transição entre a queda da I República e a Ditadura Militar), terminando no ano em que dava início a Ditadura Nacional, com a eleição de Óscar Carmona como presidente da República e a entrada de Salazar para o Governo na pasta das Finanças.

O ano de 1926, em particular, foi fértil em greves académicas:

- ✓ **Greve académica iniciada em 22 de maio de 1926**, dias antes da revolução, que se prolongou até julho. Motivada por um clima de profundo descontentamento com as condições de ensino, exames e reformas pedagógicas impostas pelo governo da Primeira República. O protesto rapidamente se transformou numa manifestação política devido à instabilidade do país servindo de rastilho social nas vésperas do golpe militar de 28 de maio de 1926, que derrubou a República.

⁹ A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa foi inicialmente criada no âmbito da reforma universitária da República, integrada na então Faculdade de Ciências Económicas e Políticas, estabelecida pelo decreto de 22 de março de 1911 (*Diário do Governo* n.º 66), que criou a Universidade de Lisboa e as respetivas bases orgânicas iniciais, tendo depois tomado a designação autónoma de Faculdade de Direito em 1913. Não dispondo de instalações próprias, inaugurou aulas no edifício da antiga Escola Politécnica, após o que transitou para o Palácio dos Viscondes de Valmor, ao Campo dos Mártires da Pátria.

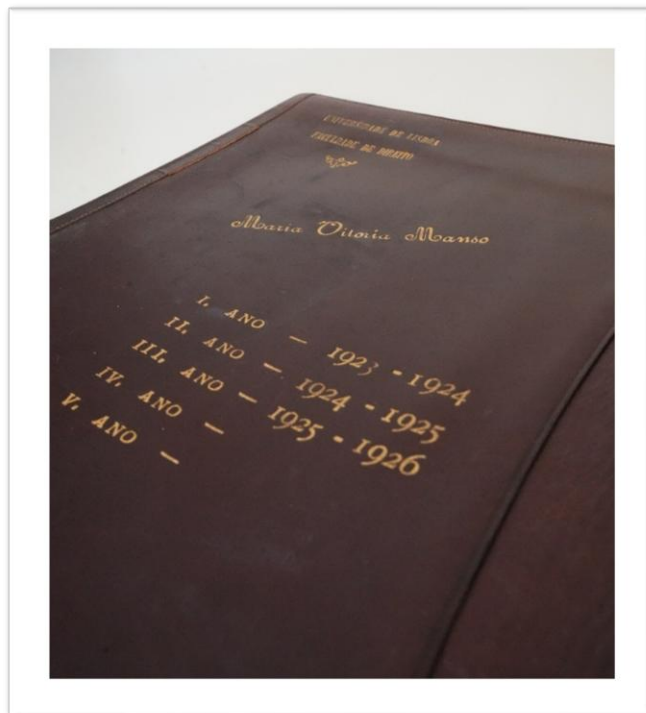
- ✓ **Greve académica na sequência da criação da Ordem dos Advogados** ([Decreto n.º 12.334, de 18 de setembro de 1926](#)) contra a imposição de um estágio de dezoito meses aos licenciados em Direito que se pretendessem inscrever na Ordem, e como condição para o exercício da advocacia. A greve cessou com a publicação do [decreto n.º 12.449, de 9 de outubro](#) que reduziu o estágio para 6 meses para os alunos que se encontrassem inscritos à data do diploma.

Segundo Marcello Caetano, o ano letivo de 1927/28 foi, talvez, de todos, o mais agitado.

Nesse ano, o [Decreto n.º 15.365, de 14 de abril](#) pretendia extinguir, no quadro de uma reorganização geral do ensino, a Faculdade de Direito de Lisboa. Essas medidas, na opinião de Carlos Manuel Gonçalves¹⁰, inseriam-se numa estratégia de desmantelamento das realizações da I República na instrução pública. Desmantelamento que tinha tido o seu arranque com a demissão de Afonso Costa do cargo de professor dessa faculdade pelo [Decreto de 12 de março de 1927](#).

Os estudantes declararam-se em greve de protesto contra a extinção.

Maria Vitória tinha já concluído a sua licenciatura quando foi publicado o [Decreto n.º 16.044, de 13 de outubro de 1928](#), consagrando uma Lei Orgânica das Faculdades de Direito comum a Coimbra e Lisboa que revogou o Decreto n.º 15.365 na parte relativa à Faculdade de Direito de Lisboa.



Pasta de finalista de
Maria Vitória Manso
[1928]
(Espólio familiar)

¹⁰ GONÇALVES, Carlos Manuel - *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*. Edições Afrontamento, 2006. p. 153-154, citado por GONÇALVES (2025).



Fotografia da formatura, [1928]
(Maria Vitória Manso, primeira fila, em pé, à direita).
(Espólio familiar)



Maria Vitória dos Santos Manso, vestindo a toga de advogada e anel de curso, [1928]
(Espólio familiar)

3. CARREIRA PROFISSIONAL

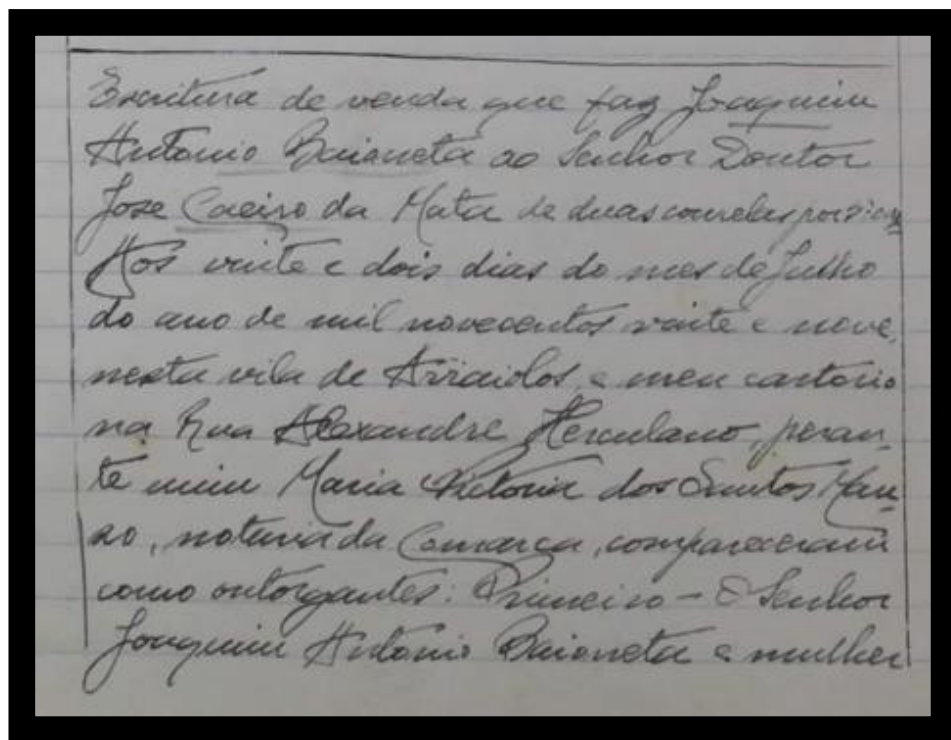
O artigo 16.º do [Decreto n.º 5625, de 10 de maio de 1919](#) permitia, pela primeira vez às mulheres formadas em Direito em qualquer universidade do país, a nomeação de notárias ou ajudantes de notário¹¹.

O [Decreto de 14 de setembro de 1900](#) previra um Curso do Notariado, mas ele acabou por nunca ser criado exigindo-se aos notários um determinado tempo de prática seguido de um concurso de provas públicas para acesso à profissão.

Um mês após a sua formatura, Maria Vitória Manso foi nomeada ajudante do notário da comarca de Lisboa, bacharel José Peres de Noronha Galvão, com cartório na R. da Conceição, 145 - 1.º, Lisboa (Despacho de 25 de outubro de 1928, publicado no *Diário do Governo* de 27 de outubro de 1928).

“*Primeira classificada no concurso do notariado*” é logo nomeada para o lugar de notária de Arraiolos, com cartório na Rua Alexandre Herculano, nos termos do artigo 7.º do [Decreto n.º 8373, de 18 de setembro de 1922](#) (Despacho de 24 de junho de 1929, publicado no *Diário do Governo* n.º 27 de junho de 1929, II série).

Aí sucedeu à dra. Maria Teresa Simões Duarte, lavrando a primeira escritura no [dia 22 de julho de 1929](#).



Primeira escritura de Maria Vitória dos Santos Manso em Arraiolos
ADEVR, Cartório Notarial de Arraiolos, [Livro de notas](#). (PT/ADEVR/NOT/CNARL/001/0397)

¹¹ O Decreto de 19 de julho de 1918 já permitia à mulher formada em Direito o exercício de funções de ajudante de notário, mas não as de notária.

Por essa ocasião a revista *Eva: Jornal da Mulher e do Lar*, na sua edição de 21 de setembro de 1929, deu-lhe honras de capa com a descrição: *A senhora D. Maria Vitória dos Santos Manso, primeira classificada no concurso para notariado, e colocada em Arraiolos*¹².



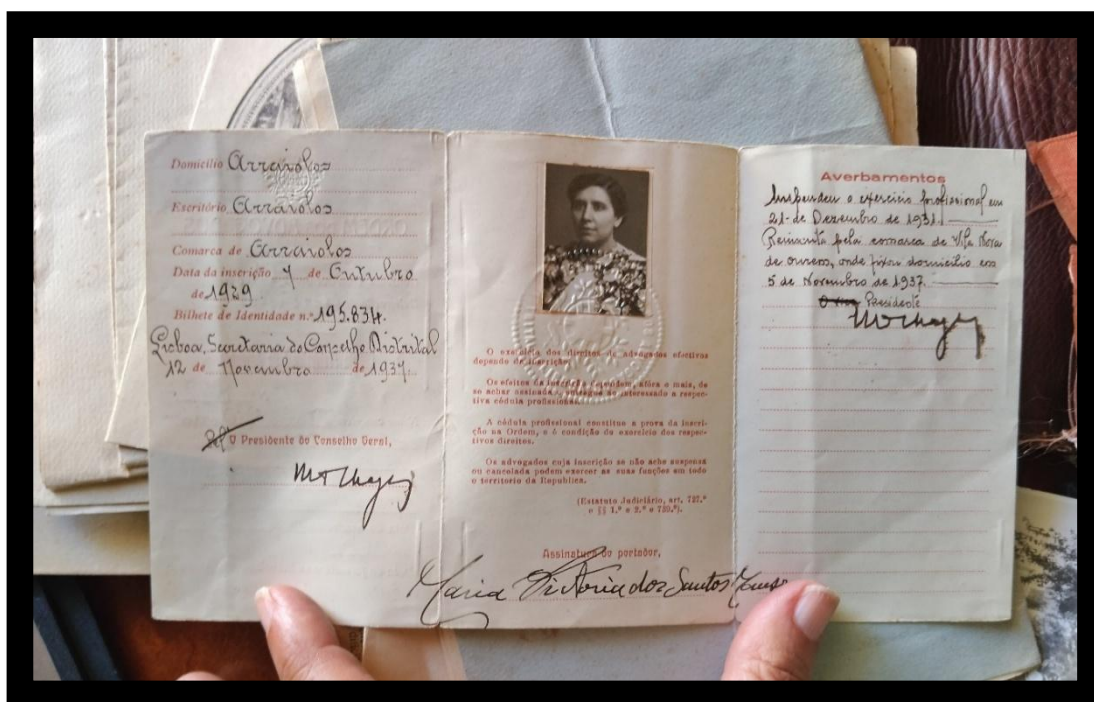
Revista *Eva: Jornal da Mulher e do Lar* 21 de setembro de 1929 (capa).
(Espólio familiar)

¹² Fundada em 1925, a revista *Eva* estava direcionada essencialmente a mulheres instruídas, de meio urbano, e pertencentes à classe média-alta. Numa primeira fase, para além das páginas dedicadas à moda, culinária, bordados e decoração também debatia o papel social da mulher e elogiava conquistas femininas no estrangeiro. Embora tenha nascido num período de abertura da I República, a revista viria a adaptar-se progressivamente ao tom mais conservador e moralista imposto pelo regime do Estado Novo a partir da década de 1930, promovendo o ideal tradicional da mulher dedicada ao lar.

Inserida no grande conjunto de reformas de âmbito judiciário empreendidas pelo ministro da Justiça e dos Cultos, dr. Manuel Rodrigues, foi criada a Ordem dos Advogados ([Decreto n.º 11.715, de 12 de junho de 1926](#)) com base no projeto inicial de Abranches Ferrão.

Concretização de uma expectativa de longa data da classe forense, o novo organismo, que pretendia disciplinar, apoiar e fiscalizar o exercício da profissão, facultava a inscrição na Ordem aos bacharéis em Direito que desejassem manter ou iniciar o exercício da advocacia. Procedeu à sua implementação o dr. Vicente Rodrigues Monteiro que foi também o seu primeiro bastonário.

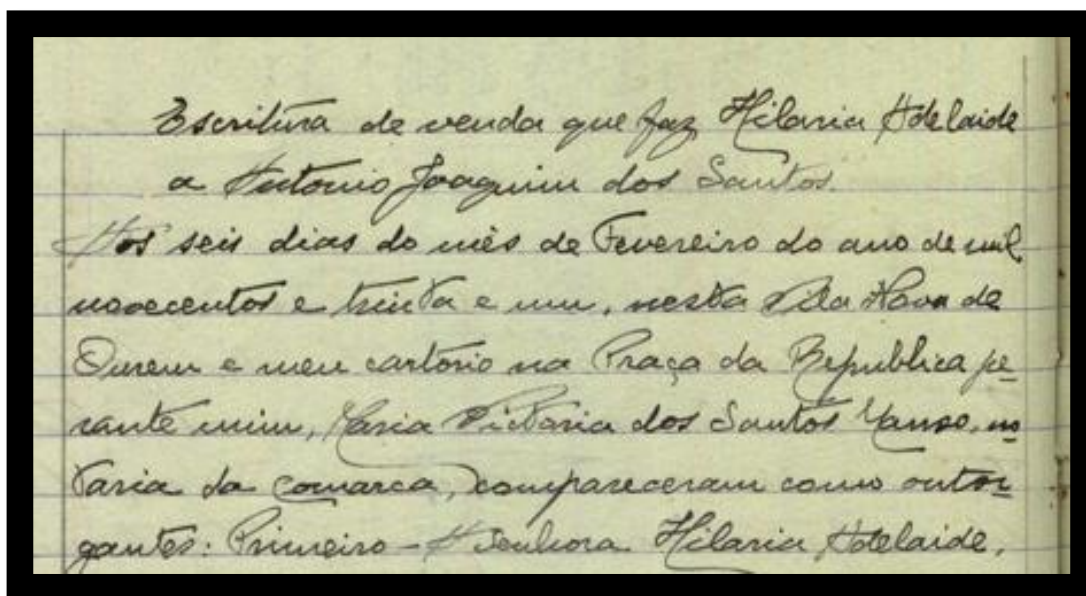
Maria Vitória dos Santos Manso inscreveu-se na Ordem dos Advogados a 7 de outubro de 1929. Recebeu a cédula profissional n.º 842. Passou então a poder acumular o exercício do notariado e o da advocacia.



Ordem dos Advogados. Cédula profissional n.º 842, de Maria Vitória dos Santos Manso (1929)
(Espólio familiar)

Em 1931, foi transferida, nos termos do artigo 249.º do Código do Notariado (Decreto n.º 19.133, de 18 de dezembro 1930) para a sede de concelho de Vila Nova de Ourém (Decreto de 10 de janeiro de 1931, *Diário do Governo* n.º 11, II série, de 14 de janeiro) sucedendo a Manuel Rodrigues de Deus.

Redige a sua primeira escritura no dia [6 de fevereiro de 1931](#).



Primeira escritura de Maria Vitória dos Santos Manso em Ourém
ADSTR, Cartório Notarial de Ourém - 1.º Ofício, [Notas para escrituras diversas](#).
(PT/ADSTR/NOT/01CNVNO/001/0242)

O cartório situava-se inicialmente na Praça da República passando, em março de 1932, ao Largo Mouzinho de Albuquerque.



Notícias de Ourém, anúncio publicado entre 1933-1936 (recorte)

A prática do notariado, no período em que Maria Vitória Manso o exerceu, também ficou marcada por importantes mudanças.

No ano em que terminou a sua licenciatura é promulgado o primeiro Código do Notariado (Decreto n.º 15304, de 2 de abril de 1928) *“o diploma que deu início à fase de mais nítido progresso legislativo na marcha evolutiva da organização notarial”*¹³.

Não obstante ter tido uma vigência de apenas quinze dias, suspensa pelo [Decreto n.º 15651](#), de 28 de junho, este código *“exerceu nítida influência sobre o articulado dos códigos que posteriormente vieram a ser publicados. Tanto o código aprovado pelo Decreto n.º 19133, de 19 de dezembro de 1930, como aquele que veio a ser promulgado pelo Decreto n.º 20550, de 26 de novembro de 1931, pouco se afastaram das linhas gerais da organização e da técnica fixadas no Código de 1928”*¹⁴.

Outro importante marco a que assistiu foi a promulgação do Código do Notariado de 1935 ([Decreto-Lei n.º 26.118, de 24 de novembro de 1935](#)) que *“introduz importantes inovações, quer na organização dos serviços, quer no exercício da própria atividade notarial.”*

O diploma estava incluído num pacote de medidas legislativas que formaram um novo quadro legal tendente a ajustar o poder judicial ao ideário do novo regime político, o Estado Novo. Nesse sentido foram aprovados:

- ✓ Código do Registo Civil ([Decreto n.º 22018, de 22 de dezembro de 1932](#));
- ✓ Nova orgânica do Ministério da Justiça ([Decreto-Lei n.º 22:708, de 20 de junho de 1933](#));
- ✓ Código das Falências ([Decreto-Lei n.º 25.981, de 26 de outubro de 1935](#));
- ✓ Código do Notariado ([Decreto-Lei n.º 26.118, de 24 de novembro de 1935](#));
- ✓ Código do Processo Civil ([Decreto-Lei n.º 29 637, de 28 de maio de 1939](#)).

O Decreto de 23 de dezembro de 1899 ([Diário do Governo n.º 4, de 5 de janeiro de 1900](#)) estipulava para a comarca de Vila Nova de Ourém apenas um lugar de notário na sede da comarca numa altura em que exerciam três escrivães notários em simultâneo. O número foi aumentado para dois pelo [Decreto n.º 8373, de 18 de setembro de 1922](#), o que se manteve nos dispositivos posteriores. Só em 1923 passa a haver efetivamente apenas dois notários.

Nos termos do artigo 55.º do [Decreto-Lei n.º 26.118, de 24 de novembro de 1935](#) são criadas as secretarias notariais. Agrupavam serviços notariais em determinadas comarcas ou localidades com maior movimento com o intuito de facilitar os mecanismos da Justiça. As primeiras foram criadas a 13 de janeiro de 1936 (Braga, Fundão,

¹³ Prólogo do Decreto-Lei n.º 42.933, de 20 de abril de 1960, (*Diário do Governo* n.º 92, I série).

¹⁴ *Idem*.

Ovar, Águeda, Bragança, Barcelos, Idanha-a-Nova, Albergaria-a-Velha, Coimbra, Espo-
sende, Vila Real, Leiria e Soure).

SECÇÃO II

Secretarias notariais

Art. 55.º O Ministro da Justiça decretará que os notários cujos lugares tenham sede na mesma localidade passem a funcionar em conjunto num único cartório, sempre que os mesmos notários, ou a maioria deles pelo menos, assim lho requeiram.

§ único. Só por diploma revestido das formalidades da lei ou de decreto-lei poderá ser revogada a constituição da secretaria notarial, ficando obrigados a este regime todos os notários que posteriormente sejam nomeados para os cartórios a ele submetidos.

Art. 56.º A direcção da secretaria notarial compete a um dos notários, que o Ministro da Justiça nomeará, ouvido previamente o Conselho Superior Judiciário.

Art. 57.º Compete ao director:

1.º Representar a secretaria em todos os actos oficiais e extraoficiais, e corresponder-se em nome dela com todas as autoridades e repartições;

2.º Orientar superiormente o serviço da secretaria, tomando as providências necessárias para uniformidade e melhor execução dos serviços, depois de ouvir os outros notários;

3.º Organizar as escalas para a distribuição, entre todos os notários, dos instrumentos lavrados nos livros e para a direcção dos serviços notariais de expediente, que competirá a um notário em cada semana;

4.º Distribuir entre todos os notários os serviços de simples expediente da secretaria, conforme entre si acordarem, ou como melhor entender, na falta de acôrdo;

5.º Comunicar superiormente as ausências, pedidos de licença e impedimentos, e designar o notário que há-de substituir o colega legalmente impedido;

6.º Conferir, arrecadar e escriturar a receita dos emolumentos, e fazer os pagamentos e depósitos que a lei determina;

7.º Organizar as contas mensais que apresentará aos outros notários em reunião conjunta, no primeiro dia útil do novo mês dividindo igualmente entre todos o saldo líquido;

8.º Adotar todas as providências sobre o funcionamento da secretaria, recrutamento ou demissão do pessoal, aquisição de mobiliário e artigos de expediente, devendo para esse fim ouvir previamente os outros notários;

9.º Rubricar os livros de distribuição e contas da secretaria;

10.º Consultar superiormente, pelas vias competentes, sobre as dúvidas que porventura se suscitarem quanto à omissão da lei ou sua interpretação.

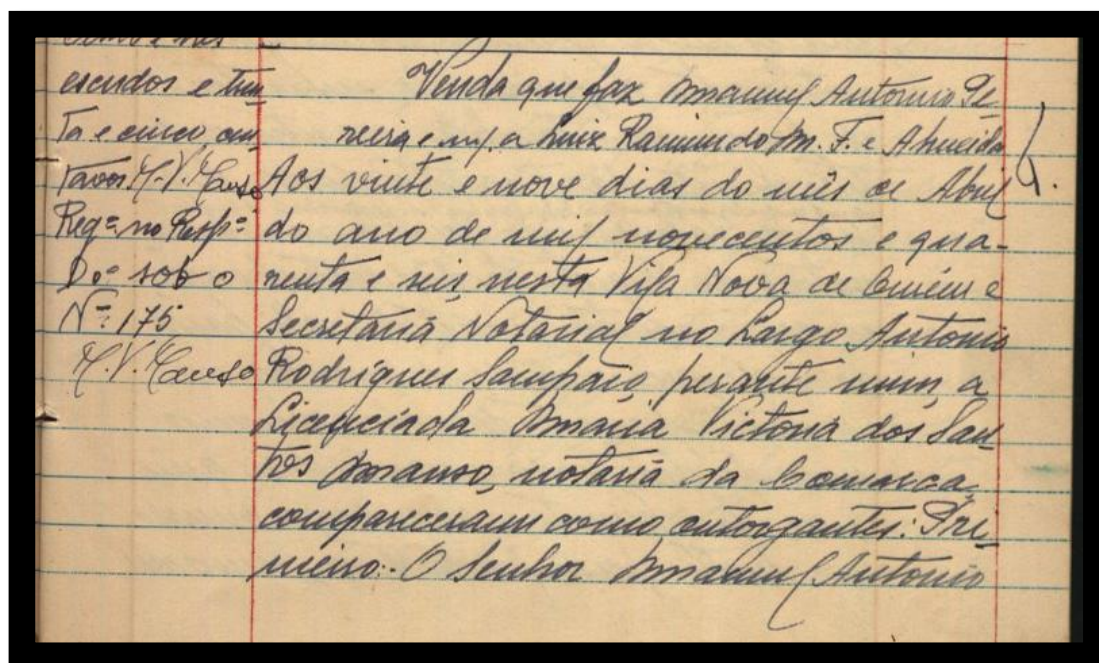
Art. 58.º A secretaria notarial terá as salas comuns que forem necessárias para atender o público, serviços de expediente, redacção e leitura dos instrumentos e arquivo, havendo para cada notário um gabinete privativo onde guardará os respectivos livros e documentos.

§ único. Sempre que seja possível o arquivo será ins-

A Secretaria Notarial de Vila Nova de Ourém, foi criada a 16 de novembro de 1937 ([Decreto n.º 28.176](#), publicado no *Diário do Governo* n.º 267, I série). Reunia o cartório da dra. Maria Vitória dos Santos Manso e o do bacharel Luís de Andrade e Silva. Situava-se no Largo António Rodrigues Sampaio, onde já se situava o cartório do dito bacharel.

Em 1945 ([Decreto-Lei n.º 35.390, de 22 de dezembro de 1945](#)) procura dar-se mais peso ao registo e ao notariado criando-se na orgânica do Ministério da Justiça, a Direção-Geral dos Serviços de Registo e Notariado, que recebe competências exercidas pela Direção-Geral da Justiça e à qual ficam subordinados os serviços de registo civil, predial, comercial, propriedade automóvel e notariado.

Em 29 de abril de 1946, a licenciada Maria Vitória dos Santos Manso assina a sua última escritura. Será rendida quase um ano depois pelo notário licenciado Rui Álvaro de Castro Rosa.



Última escritura de Maria Vitória dos Santos Manso em Ourém
ADSTR, Cartório Notarial de Ourém - 1.º Ofício, [Notas para escrituras diversas](#).
(PT/ADSTR/NOT/01CNVNO/001/0335)

4. NOTÁRIAS QUE EXERCERAM EM CARTÓRIOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

Maria Vitória dos Santos Manso foi precursora na admissão de mulheres ao notariado no distrito de Santarém e personalizou esta conquista socioprofissional marcante da primeira metade do século XX em Portugal, num setor até então estritamente masculino.

O quadro abaixo reúne e organiza o registo cronológico da atividade exercida por 13 notárias em vários cartórios notariais da região do Ribatejo e Médio Tejo (Ourém, Vila Nova da Barquinha, Cartaxo, Chamusca, Entroncamento, Torres Novas e Constância), abrangendo o período compreendido entre 1931 e 1976.

Para cada notária, destacam-se a respetiva repartição de serviço e o intervalo temporal referente ao início e fim das suas funções ou dos registos documentais conhecidos.

Demonstra que, ao longo do Estado Novo, a presença feminina no notariado se manteve constante e progressiva, estendendo-se de 1931 até aos anos pós-25 de Abril (1976). O pico de nomeações de mulheres foi a partir de 1961. 8 das 13 listadas (60%) foram colocadas entre 1961 e 1973.

Verifica-se uma forte concentração feminina em Constância associada à rotatividade. Entre 1968 e 1976, o Cartório Notarial de Constância registou 4 notárias em sucessão rápida:

- ✓ **Maria Teresa de Almeida Carvalhas** (junho a dezembro de 1968);
- ✓ **Maria Dina de Freitas** (janeiro de 1971 a maio de 1972);
- ✓ **Magda Maria Gameiro de Oliveira** (agosto de 1972 a maio de 1973);
- ✓ **Maria Odete Moreira Delgado de Brito** (setembro de 1973 a abril de 1976).

A elevada rotatividade em cartórios de concelhos de menor dimensão demográfica era típica em início de carreira notarial, servindo frequentemente como posto de nomeação que permitia a ulterior transição para concelhos de maior dimensão.

Finalmente, **Ermelinda da Conceição Simões Baião** destaca-se por ter exercido o maior mandato individual mantendo as funções durante mais de 27 anos no Cartório Notarial do Cartaxo (1938-1965).

Notária	Cartório Notarial	Data inicial	Data final
Maria Vitória dos Santos Manso	Cartório Notarial de Ourém - 1.º Ofício	1931-02-06	1946-04-29
Helena Gonçalves Barreira	Cartório Notarial de Vila Nova da Barquinha - 1.º Ofício	1936-09-02	1950-06-19 ¹⁵
Ermelinda da Conceição Simões Baião	Cartório Notarial do Cartaxo - 5.º Ofício	1938-01-04	1965-05-25
Maria Fernanda Vasconcelos de Aguiar	Cartório Notarial da Chamusca - 5.º Ofício	1953-05-26	1957-03-21
Maria Emília Belchior Rossi	Cartório Notarial de Ourém - 1.º Ofício	1958-12-03	1961-02-08
Maria Luísa Castro Almeida (interina) Rainha	Cartório Notarial do Entroncamento	1961-05-27	1967-02-17
Isaura Silva	Cartório Notarial de Torres Novas - 6.º Ofício	1962-02-01	1967-06-14
Elza Maria Pires Chambel	Cartório Notarial do Entroncamento	1967-04-04	1969-07-30
Maria de Lurdes Fonseca Marques	Cartório Notarial da Chamusca - 5.º Ofício	1967-10-03	1971-05-22
Maria Teresa de Almeida Carvalhas	Cartório Notarial de Constância	1968-06-01	1968-12-18
Maria Dina de Freitas	Cartório Notarial de Constância	1971-01-18	1972-05-31
Magda Maria Gameiro de Oliveira	Cartório Notarial de Constância	1972-08-23	1973-05-26
Maria Odete Moreira Delgado de Brito	Cartório Notarial de Constância	1973-09-06	1976-04-26

¹⁵ Data da última escritura existente no ADSTR.

5. FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes:

Portugal. Arquivo da família de Maria Vitória dos Santos Manso.

Portugal. Arquivo da Universidade de Coimbra. Paróquia de São Julião: *Registo de baptismo de Maria Vitória*, liv. 15, f. 56-56v. [PT/AUC/PAR/FIG11/002/0015]. [Em Linha]. [Consult. 24 set. 2026] Disponível na Internet: <https://pesquisa.auc.uc.pt/viewer/descriptions/37947/569239> [imagem 188-189].

Portugal. Arquivo Distrital de Évora. Cartório Notarial de Arraiolos-1.º ofício. Livros de notas: *Livro de notas de Maria Teresa Simões Duarte*. 1929-07-22, Liv. 612, f. 12v-14v. [PT/ADEV/NOT/CNARL/001/0397]. [Em Linha]. [Consult. 24 set. 2026] Disponível na Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/022d98929e85426ca83fa9eea9b92d02?isRepresentation=false&selectedFile=43018406&fileType=IMAGE> [imagem 28-32].

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Cartório Notarial de Ourém-1.º ofício. *Notas para escrituras diversas*. 1931-02-06, Liv. 242, f. 39v-41 [PT/ADSTR/NOT/01CNVNO/001/0242]. [Em Linha]. [Consult. 24 set. 2026] Disponível na Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/a38d803157024b029b12072630fcf841?isRepresentation=false&selectedFile=84921880&fileType=IMAGE> [imagem 82-85].

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Cartório Notarial de Ourém-1.º ofício. *Notas para escrituras diversas*. 1946-04-29, Liv. 337, f. 66-68 [PT/ADSTR/NOT/01CNVNO/001/0335]. [Em Linha]. [Consult. 24 set. 2026] Disponível na Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/e4f9be2e5d8b4d49bc403b925fd08b12?isRepresentation=false&selectedFile=81922252&fileType=IMAGE> [imagem 135-139].

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Tribunal Judicial da Comarca de Ourém: *Processo de inventário orfanológico por óbito de Maria Vitória dos Santos Manso*, mç. 273, n. 8203, 1943.

Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 5ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa. Registos de casamento: *Assento de casamento de Alberto Batista Pinheiro e Maria Vitória dos Santos Manso*. Assento n.º 589/1934, f. 96-96v. [PT/TT/RC/CRCLSB5/002/0081]. [Em Linha]. [Consult. 24 set. 2026] Disponível na Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/2f2aaa71f5024c68b50e4b500526a2f0?isRepresentation=false&selectedFile=31133465&fileType=IMAGE> [imagem 189-190].

Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 5ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa. Registos de óbito: *Assento de óbito de Maria Vitória dos Santos Manso*. Assento n.º 494/1946, f. 47v. [PT/TT/RC/CRCLSB5/003/00116]. [Em Linha]. [Consult. 24 set. 2026] Disponível na Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/5772a135e4dc46c1b91bfe2752edf672?isRepresentation=false&selectedFile=31164320&fileType=IMAGE> [imagem 98].

Bibliografia:

CAETANO, Marcello — Apontamentos para a história da Faculdade de Direito de Lisboa. In *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Lisboa. ISSN 0870-3116. Vol. 13 (1959), p. 11-182.

FALECEU José Alberto Manso Pinheiro. *Avante!* [Em linha]. N.º 2437 (13 ago. 2020). [Consult. 23 set. 2026]. Disponível em WWW: <https://www.avante.pt/pt/2020/pcp/121434/Faleceu-Jos%C3%A9-Alberto-Manso-Pinheiro.htm>

GONÇALVES, Carlos Manuel - Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal. Edições Afrontamento, 2006. p. 153-154.

GONÇALVES, Ivo - 1928: Quando Salazar (não) extinguiu a Faculdade de Direito de Lisboa. 2025/05/25. Publicado no Jornal Tornado de 9 de junho de 2021. Disponível em <<https://ivogoncalves.wordpress.com/2025/05/25/1928-quando-salazar-nao-extinguiu-a-faculdade-de-direito-de-lisboa/>> Consult. 18-08-2026.

MANSO, João de Almeida - *Resumo do meu passado*. 18 de dezembro de 1938. Exemplar datilografado - Espólio familiar.

PORTUGAL — Decreto-Lei n.º 42 933, de 20 de abril de 1960. *Diário do Governo*. I Série, n.º 92 (1960-04-20), p. 805-827.

PORTUGAL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - *A reforma dos códigos legislativos do Estado Novo in 200 anos do Ministério da Justiça*. Disponível em <<https://200anos.justica.gov.pt/o-estado-novo/a-reforma-dos-codigos-legislativos-no-estado-novo/>> Consult. 18-08-2026.

SEPÚLVEDA, José - *Xavier de Brito, Retrato Genealógico*. E-book, 2021 disponível em <<https://www.calameo.com/read/0073129357ffed3050bc8>> Consult. 18-08-2026.

